

**Linguagem Sexista sob a Perspectiva da
Análise do Discurso: Olhares Esboçados
em uma Revista Dirigida a Professores/as**

**Sexist Language Under The Perspective Of
Discourse Analysis: Looks Led In A
Directed Magazine To Teachers**

Jeane Félix da SILVA¹

RESUMO

Este texto tem por objetivo propor uma discussão acerca do uso da linguagem sexista, sobretudo, nos espaços educativos sob a ótica da Análise do Discurso (AD), numa tentativa de considerar o discurso androcêntrico reproduzido pelos/as profissionais da educação e suas implicações na reprodução da cultura machista, utilizando como base para esta reflexão a Revista Professor do MEC.

Palavras-chave: linguagem sexista - educação - análise do discurso.

ABSTRACT

This text aims the debate about sexist language especially where the education happens under the Analysis of Discourse perspective (AD), attempting to consider the androcentric discourse reproduced by the education professionals and their reproduction of male culture implications. As base to this reflection, we took the “Magazine Professor” from Culture and Sports Ministerial (MEC).

Key words: sexist language - education - analysis of discourse.

¹ Pesquisadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: jeanexilef@hotmail.com

Em outubro de 2003 foi lançada pelo MEC uma revista direcionada aos docentes. Na capa, uma linda mulher negra cercada de crianças, representando uma professora e seus respectivos alunos/as. Até aqui, nada que precise de uma reflexão aprofundada. Talvez a revista até passasse despercebida, não fosse o título provocador: *Professora*.

Em uma revista distribuída gratuitamente nas escolas de todo Brasil, um país onde o magistério é majoritariamente feminino, o referido título constitui, no mínimo, um contraste em relação a essa realidade. Tal fato levou-nos a perceber que era preciso refletir academicamente a respeito da linguagem sexista e que a Análise do Discurso subsidiaria essa reflexão.

1. LINGUAGEM SEXISTA E LINGUAGEM NÃO-SEXISTA: O QUE SÃO AFINAL?

Na língua portuguesa, optamos, quase sempre, pela masculinização dos termos desconhecidos. Conforme Leitão (1988, p. 17), “na língua portuguesa, quando o gênero gramatical não é determinado nem conhecido, optamos pela forma masculina”. O fato de usarmos o masculino para nos referirmos ao “geral” é uma forma de reprodução ideológica da cultura androcêntrica. A linguagem não-sexista, no entanto, vem para se contrapor a essa prática de reprodução ideológica, utilizando os termos nos dois

gêneros (masculino e feminino), ou utilizando termos que se refiram a mulheres e homens, sem marcar um ou outro gênero, como mostram os exemplos: seres humanos, ao invés de homem; e língua de origem, ao invés de língua materna.

Com o passar dos anos e com as conquistas do movimento feminista já é possível notar algumas importantes mudanças no que diz respeito ao uso de linguagem sexista. Segundo Viezzer (2004, p. 2, grifo da autora):

A linguagem sexista chegou a ser objeto de estudo tratado nos mais diferentes níveis de governo, chegando ao âmbito das Nações Unidas. Na 24ª. sessão da Assembleia Geral da UNESCO, foi examinada a necessidade e a conveniência de se eliminar dos registros escritos e dos discursos orais “todas as formas discriminatórias de linguagem” em relação à mulher. Juntamente com outras questões relativas ao novo status que a mulher adquiriu, foram trabalhadas uma série de normas e resoluções, editados manuais de estilo e de redação e implantadas regras diversas em relação à questão. A UNESCO publicou, inclusive, uma série de Diretrizes para uma Linguagem Não-sexista.

Com base na concepção de que o discurso da escola deve se transformar e acompanhar os avanços da sociedade, a reflexão sobre a linguagem sexista se faz importante e necessária. Conseqüentemente, a prática

reforçadora dos preconceitos e estereótipos de gênero¹ manifestados pelo uso desse tipo de linguagem deve ser repensada e modificada.

A linguagem sexista é um dos frutos da prática social androcêntrica, machista e de dominação que durante anos aprisionou muitas mulheres (algumas ainda podem ser consideradas prisioneiras nos dias de hoje). A linguagem sexista é, de acordo com Viezzer (2004, p. 2), "pautada pela educação sexista recebida na família, na escola, nas igrejas, no ambiente de trabalho e de lazer ou através dos meios de comunicação". Não há como dissociar o uso da linguagem sexista da reprodução ideológica da sociedade, por isso a preocupação com o título da revista Professor. Num país onde a docência, na educação infantil e no ensino fundamental, é majoritariamente feminina, preocupa-nos o fato de uma revista destinada prioritariamente a esse público ter um título masculinizado.

2. A LINGUAGEM SEXISTA: O EXEMPLO DA REVISTA PROFESSOR

A escola reproduz preconceitos e estereótipos de gênero e o uso da linguagem sexista tem forte participação nessa prática. Por isso, propomos neste artigo uma reflexão acerca da Revista Professor, do MEC, analisando a escolha do título da revista pela

própria equipe editorial, para que, utilizando-se desse exemplo, possamos estender nossa compreensão sobre o tema em outros espaços onde a educação acontece.

Numa seção chamada Português Afiado, Squarisi (2003, p. 36) explica a escolha do título da revista. Nas palavras dela, "a discussão corria solta. O tema: o nome da revista do MEC. Chamá-la de professor não seria sinal de machismo? Por que não professor e professora?". Nesse momento, percebemos claramente que não foi ingênua a escolha do *sugestivo* título da revista. Houve uma discussão prévia, que, como veremos na continuidade da fala da autora, evidencia o conhecimento do preconceito demonstrado pelo uso da linguagem sexista; no entanto, o título permaneceu no masculino.

Adiante, Squarisi (ibid, p. 36) prossegue: "a história começou com o movimento feminista [...] depois [...] o alvo foi a língua [...] ao englobar os gêneros a palavra fica no masculino [...] é injusto disseram". Na opinião dela, a língua não é machista, o que justificaria a escolha do título *Professor* para uma revista que é direcionada a professores e professoras.

Ainda segundo o mesmo autor (ibid, p. 36):

A língua é machista? Nada mais injusto. A coitada nem marca o masculino. O o de menino não caracteriza o sexo. É a vogal

¹ Gênero entendido aqui como a construção social dos papéis masculino e feminino.

temática da palavra. Opõe-se ao a de menina. O a, sim, denuncia o feminino [...] em suma: a língua não está nem aí pro masculino. Só marca o feminino.

Embora correta no sentido gramatical (e aqui não tenho a intenção de provocar um debate acerca da gramática, porque traria um outro foco a esta discussão), a explicação pela escolha do título da revista apresentada por Squarisi (2003, p. 36) demonstra certo desconhecimento das conseqüências sociais e de gênero ocasionadas pelo uso da linguagem sexista, a qual não provoca a inferiorização, mas a invisibilidade das mulheres, o que é pior. Não somos mais ignoradas, somos invisibilizadas. Para Leitão (1988, p. 16), “embora tal posicionamento não inferiorize a mulher, prova sua invisibilidade, sua rejeição”.

Além disso, o fato de o termo estar correto gramaticalmente não quer dizer que não pode ser transformado, segundo Moreno (1999, p. 22),

todo pretense fundamento científico em nome do qual se discrimina a mulher deve ser energeticamente rechaçado e criticado pela escola, para que esta não se converta em cúmplice da manipulação ideológica da ciência e para que se rompa, assim, a cadeia de transmissão do androcentrismo.

Por que a escolha em fazer a Análise do Discurso utilizando uma revista do MEC? Porque sendo o MEC o órgão responsável pelas diretrizes educacionais do Brasil, é discutível a

postura de utilizar artifícios gramaticais para justificar o título de uma revista que circula nacionalmente e que se refere a uma profissão de maioria feminina (facilmente percebida em qualquer visita a escolas de ensino fundamental, com honrosas exceções).

Ao analisar criticamente o fato, é possível perceber que, como diz com Leitão (1988, p. 21), “esse fenômeno de chamar profissionais femininas por nomes masculinos é uma confirmação lingüística do fato de que, para o falante nativo de português, as profissões são, por natureza, um campo masculino”.

Não podemos negar que a história tem grande influência no fato de generalizarmos no masculino em quase todas as situações. Porém, a história não é estática; ela é mutável, precisa ser mutável, e a educação precisa acompanhar essa mudança. Foucault (apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 77) afirma que “qualquer sistema de educação é uma forma política de manutenção ou modificação da apropriação de discursos e dos conhecimentos e poderes que eles carregam”. Ou seja: a escola reproduz a ideologia dominante (androcêntrica), mas podemos ir além e acreditar que ela também pode contribuir para as transformações sociais e para a equidade de gênero.

É totalmente visível a ascensão dada aos homens no discurso dos livros didáticos, no qual o homem é quase sempre o conquistador, o herói. Na fala de Moreno (1999, p. 51),

“não se necessita de prova alguma, entretanto, para atribuir ao homem qualquer descobrimento de origem ignorada. Sempre se supõe que o homem tenha sido autor de qualquer invenção, a menos que o contrário esteja largamente comprovado”. Esse discurso e essa prática precisam ser repensadas do ponto de vista da equidade de gênero, mesmo reconhecendo-se que ao longo da história as mulheres ficaram, em sua maioria, em casa, enquanto os homens descobriam os continentes. Mas é verdade que muitas mulheres participaram da história; é preciso, pois, dar espaço a essas histórias também e sempre através do discurso e da análise desse discurso.

Para a Análise do Discurso realizada, utilizamos conceitos apontados por Fairclough (2001), relacionados à interpretação como um modelo particular de prática discursiva. Ou seja, ao analisar o discurso da Revista Professor, pudemos vê-la como um meio de comunicação de grande acesso que pode influenciar na *naturalização* do uso do termo professor nos espaços educacionais. E como todo discurso é também uma prática social e está dialeticamente relacionado com estruturas sociais, o *Professor*, utilizado como título de uma revista voltada a educadores e educadoras, está totalmente relacionado a uma ideologia que invisibiliza as profissionais docentes: as professoras.

3. EM DIREÇÃO ÀS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos, neste texto, o uso da linguagem sexista no título da Revista Professor, um meio de comunicação direcionado a profissionais docentes, na maioria professoras, e o reforço que essa linguagem pode dar à ideologia dominante. Mas, este texto também tem a proposta de ser uma reflexão acerca da linguagem sexista e, quem sabe, assim provocar mudanças de atitudes. Mudanças essas que ocorrem nas pequenas ações e que, coletivamente, contribuem para a mudança social, que, na perspectiva de Fairclough (2001), ocorre através do discurso.

Os espaços educativos podem voltar sua prática para a tolerância e a equidade de gênero? Por que a linguagem sexista prevalece nos discursos dos/as profissionais da escola? A discussão proposta por essas indagações implica pensarmos como o discurso pedagógico pode trabalhar no sentido de promover mudança social de gênero a partir do uso ou não da linguagem sexista.

A forma como um povo se expressa através de sua linguagem revela, no sentido amplo da palavra, qual é sua visão do mundo, quais são os valores e sentimentos que norteiam a dinâmica de sua organização social e psicológica. Na escola, as/os professoras/es reproduzem a ideologia dominante de generalização do masculin-

no, principalmente quando não sabem o sexo das pessoas a que se referem. Todavia, esse mesmo espaço onde a reprodução ocorre pode voltar-se para a mudança social, começando pelo uso da linguagem não sexista como forma de visibilizar às meninas e mulheres.

Para Moreno (1999, p. 17) “a escola tem marcada uma dupla função: a formação intelectual e a formação social dos indivíduos, ou seja, seu adestramento nos próprios modelos culturais”. Sendo assim, a escola - que é considerada fundamental no processo de mudança social - contraditoriamente reproduz a ideologia, masculinizando ou feminilizando os indivíduos. A contradição está no fato de que o lugar mais propício para se ensinar a pensar é justamente a escola.

Considera o referido autor (ibid, p. 17) que a escola “em lugar de ensinar o que os outros pensaram, pode ensinar a pensar; em lugar de ensinar a obedecer, pode ensinar a questionar, a buscar os porquês de cada coisa, a iniciar novos caminhos, novas formas de interpretar o mundo e organizá-lo”. Ou seja, ao invés de reproduzir impensadamente a cultura estabelecida, a escola pode questionar essa mesma cultura e modificá-la através de medidas práticas. No caso da promoção à equidade de gênero, essa ainda é uma prática pouco visível que precisa ser modificada.

Ao referir-se a tais mudanças, afirma Viezzer (2004, p. 3): “neste senti-

do, mudar a linguagem sexista significa aceitar o desafio de romper com sistemas de educação e práticas sexistas para criar nova consciência e novas atitudes e formas de relações entre homens e mulheres”.

O discurso pode ajudar na promoção da equidade de gênero através da desconstrução de costumes arraigados pela sociedade historicamente, segundo Eagleton (apud LOURO, 1996), para quem a proposta de desconstrução consiste em desmontar a lógica das operações binárias e, a partir daí, desconstruir a lógica dos sistemas tradicionais de pensamento. Esse processo pressupõe a deslocação dos termos, a fim de demonstrar que cada um está presente no outro e evidenciar que as oposições são construídas histórica e lingüisticamente.

Portanto, a análise do Discurso pode contribuir para a equidade de gênero ao analisar as posturas socialmente estabelecidas e valorizadas - tidas como naturais de cada sexo - e, refletir sobre elas, propondo a necessária mudança social. Como assevera Moreno (1999, p. 74), “não intervir equivale a apoiar o modelo existente”. Podemos sonhar com a equidade de gênero, mas precisamos para isso focalizar nossas ações para uma prática renovadora e isso acontece principalmente através das nossas ações e dos nossos discursos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Revista Professor**, Brasília, ano 1, n. 1, out. 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.
- LEITÃO, E. V. **A mulher na língua do povo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- LOURO, G. L. **Nas redes do conceito de gênero**. (1996). Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/faced/geerge/redes.htm> >. Acesso em: 16 mai. 2004.
- MORENO, M. **Como se ensina a ser menina**: o sexismo na escola. Tradução de Ana Venitte Fuzato. São Paulo: Moderna, 1999.
- VIEZZER, M. L. **Campanha por uma educação não discriminatória na América Latina**: 21 de junho. Disponível em: < <http://www.redemulher.org.br/encarte52.html> >. Acesso em: 20 mai. 2004.